

PT organiza a militância para a Marcha dos 100 mil a Brasília

A Marcha dos 100 mil a Brasília e a coleta de assinaturas para enquadramento de Fernando Henrique Cardoso por crime de responsabilidade e a instalação da CPI da Telebrás são as principais atividades de mobilização neste momento. O empenho de cada militante do PT é fundamental para darmos um basta à política neoliberal do governo, um basta a FHC.

No próximo dia 26 de agosto temos um encontro marcado em Brasília. Seremos 100 mil pessoas. Anote na agenda, coloque papel na porta da geladeira, avise os vizinhos, envie e-mails para os amigos. Enfim, use sua imaginação, canalize a sua indignação.

O próximo dia 26 de agosto é a data da **Marcha dos 100 mil a Brasília**. A mobilização para a marcha e a coleta de assinaturas para exigir o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade ao favorecer um determinado consórcio na privatização da Telebrás e a instalação da CPI mista (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar irregularidades no leilão das companhias telefônicas são instrumentos importantes contra os ataques às liberdades democráticas e atentado à Constituição Federal desse governo.

E, em cada Estado, em cada município do país, temos que organizar atividades de massa, colher as assinaturas para os abaixo-assinados e, principalmente, transformar cada ato num momento privilegiado para se dialogar com a sociedade, para desmascarar a política de Fernando Henrique, que desemprega e exclui a maioria da população.

O Brasil está sem rumo. Durante a coleta de assinaturas, devemos promover debates e palestras para denunciar a política econômica do governo FHC. Mostrar que o dinheiro público – dos trabalhadores - está sendo transferido para empresas privadas e que os leilões das empresas nacionais, as privatizações, estão causando o desmantelamento do patrimônio público.

Temos um governo que privilegia os bancos e o capital financeiro e realiza cortes nos gastos sociais.

Fecha acordos com o FMI e aumenta criminosamente a dívida externa brasileira. A mobilização neste momento é fundamental para barrarmos o sucateamento do país imposto por Fernando Henrique.

No entanto, devemos ainda ir mais longe, debater com a população um projeto alternativo ao neoliberal. O nosso projeto democrático e

popular, que constrói políticas públicas para uma educação de qualidade, que atenta para os problemas da saúde pública, garantindo atendimento digno. As nossas prefeituras e governo atestam isso. O nosso modelo de desenvolvimento não é pautado pela exclusão pelo desemprego.

A sociedade está indignada com a seqüência de escândalos e desmandos

o PT, aliado a outros partidos de oposição, é um instrumento de combate e confronto ao modelo neoliberal. Precisamos ter clareza disso e entender qual o nosso papel neste momento, pois, diante de uma crise institucional personagens de uma política subterrânea, pautada por golpes à democracia, começam a

Cena.
Foto: Alexandre Machado



Pesquisa aponta PT como partido que tem melhores propostas

Os resultados de pesquisa, realizada pelo Ibope a partir da opinião de 2 mil eleitores, no último dia 11 de junho, revelaram que o PT é o partido que mais luta pelos pobres, que tem mais preocupação com o futuro do país, que adota as posições mais firmes, que tem as melhores idéias para resolver os problemas do Brasil e é o mais confiável.

pelos pobres. No combate ao governo federal, o PT é o mais destacado: 46% opinaram que o Partido é o que mais atrapalha FHC. Para 23%, o PT tem mais preocupação com o futuro do país do que as outras siglas. As melhores idéias para resolver os problemas do Brasil são do PT, acreditam 22% dos eleitores. Posições mais firmes do que os outros partidos é atributo

pesquisados. 18% atestam que PT e PMDB são os partidos mais confiáveis.

Um dos dados mais expressivos foi a resposta à pergunta "Qual é o que mais luta por pessoas como o (a) sr.(a)": 31% indicaram o PT. Como mais simpático, o PT ficou em segundo lugar (13%), atrás do PMDB (14%). O PT foi considerado antipático por 27% dos eleitores, enquanto 20% entendem que é mais atraído

Este é o modelo do abaixo-assinado para exigir o enquadramento do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por crime de responsabilidade ao favorecer um dos consórcios no processo de privatização das empresas telefônicas e garantir a instalação da CPI da Telebrás.

Na página 4 do PTnotícias você encontra o formulário que pode ser utilizado e reproduzido para a coleta de

Environ Biol Fish (2007) 79:293–312

Fórum Nacional de Luta *por Sandra*

Reforma do Judiciário e máfia da propina em São Paulo

Marta Suplicy fala da TV que a gente quer

*Editor da Revista Sem Terra
e do Conselho de Redação*

RECADO



Jorge Mariano
desmascarado pelo ex-padre Monteiro na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, onde a ausência dos líderes do PSDB foi vergonhosa. O governo não teve coragem de demiti-lo, ele renunciou.

A verdade, ou seja, o fato é que a PF e Abin (Agência Brasileira de Informação, leia-se novo SNI) se grampearam mutuamente, praticaram chantagem contra o governo. No governo e na Casa Militar (leia-se Exército), que não perdoa a PF por ter associado com o DEA (leia-se CIA) no combate ao narcotráfico no Brasil, fala-se em por fim a PF, que, por sua vez, usa as informações dos inquéritos dos grampos para manter seu poder, bastante diminuído com a criação da Secretaria de Combate ao Narcotráfico (Senad), da Abin e da transferência do combate ao contrabando para a Receita Federal.

Outra foto teve como protagonista o já famoso ACM, que primeiro criou uma falsa crise com o presidente da Câmara, Michel Temer, em torno da Reforma do Judiciário e depois bateu de frente, literalmente, com

o Supremo Tribunal Federal, os fatos são estes: ACM não aceita a posição de Temer de fazer mudanças no relatório do deputado Aloisio Nunes sobre a Reforma do Judiciário e não tolera a decisão do STF de limitar os poderes das CPIs.

A foto é outra. ACM está numa sinuca de bico, a CPI do Judiciário chegou no seu aliado Luis Estevão, senador do PMDB de Brasília, e tem evidências de suas ligações com o ex-secretário do Presidente, Eduardo Jorge, ou seja, chegou no Palácio do Planalto.

A CPI dos Bancos chegou ao Banco Central quando descobriu um segredo de Polichinelo: que as famosas contas CC-5 legalizaram a remessa ilegal de capitais para o exterior, ou seja, no Brasil a lavagem de dinheiro sujo e ilegal tem como fiador o Banco Central.

Com seus arroubos mediáticos, ACM desviou a atenção do país para o fato de que as CPIs pararam e não fazem mais nada e estão sendo fritadas no banho maria e procura credenciar-se como tutor e sombra da República, colocando-se acima da Lei e a da Constituição e do Poder

Judiciário, como no tempo do Poder Moderador do Imperador. No vácuo da falta de autoridade do presidente Fernando Henrique, ACM credencia-se para ocupar o centro do poder e preparar sua eventual candidatura em 2002.

Por fim, fotos que são fatos: as pesquisas sobre a impopularidade do Presidente e a preferência dos eleitores por Lula, com Ciro Gomes em segundo lugar, e em São Paulo, com Marta Suplicy disparada em primeiro lugar, além da pesquisa realizada pelo PMDB que mostra o PT como o partido de melhor imagem no país, inclusive como oposição a FHC.

Para terminar, o filme de sempre. Geraldo Brindeiro foi reconduzido pela terceira vez por FHC à Procuradoria-Geral da República, apesar de denunciado por improbidade administrativa pelos próprios procuradores; aumenta o desemprego, as tarifas públicas e os combustíveis e o governo começa a privatizar a Petrobras.

José Dirceu é deputado federal e Presidente Nacional do PT

A quinzena que termina foi rica em fatos, fotos e ensinamentos. Começamos com mais escândalos no governo tucano, com a desastrosa nomeação do delegado João Batista Campello para a chefia da Polícia Federal, denunciado por presidir um inquérito, em que o método de interrogatório foi o "pau de arara", ou seja, a tortura.

Como aconteceu no caso Chico Lopes, o presidente da República defendeu o delegado, alegando falta de provas, que tudo se resumia a "palavra contra palavra", e quem teve que engolir as palavras foi ele, quando o delegado foi

MOBILIZAÇÃO

Fórum Nacional de Luta

PTNotícias - Como surgiu a idéia de criar o Fórum?

O sonho de articular entidades importantes, representativas, do campo democrático e popular é muito antigo. Felizmente em 1996, começamos a estabelecer contatos entre partidos, sindicatos, ONGs, entidades estudantis, de mulheres, negros e populares para pensar alternativas coletivamente para a crise brasileira.

PTNotícias - Mas a consolidação só aconteceu no ano seguinte...

Isso mesmo. Em abril de 1997 organizamos a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, em Brasília, onde se reuniram mais de 100 entidades. Já, nesta Conferência, deliberamos por reforçar a ação dos sem-terra, ou seja, a luta pela reforma agrária. E, na Marcha dos Sem-Terra, em 17 de abril, o Fórum conseguiu somar esforços para o sucesso daquele evento.

Decidimos, ainda, realizar um evento de massas em dezembro daquele mesmo ano, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo: um Encontro Popular Contra o Neoliberalismo. Lá, reuniram-se mais de mil entidades e quase cinco mil pessoas. Neste momento, podemos dizer que, de fato, a idéia do Fórum foi assumida por entidades do Brasil inteiro e das mais diversas matizes. Aprovamos um manifesto unitário de encaminhamento das lutas e reforçamos a idéia de que o Fórum não deveria ser só pontual e tático, mas estratégico.

Neste Encontro definimos também como eixo de luta para o ano de 1998 o emprego, e que deveríamos promover uma atividade de massas para exigir mais e melhores empregos e renda.

PTNotícias - Outra atividade realizada pelo Fórum foi a manifestação em Brasília. Qual a sua avaliação sobre esse ato?

Em 20 de maio de 1998, organizamos em Brasília uma grandiosa manifestação com mais de 20 mil pessoas, precedida de um acampamento de uma semana, que reuniu mais de 1.500 pessoas debatendo problemas como desemprego, educação, moradia, terra, dentre outras questões. O importante desse processo foi o diálogo que conseguimos estabelecer com a sociedade, evidenciando um pouco mais a responsabilidade de Fernando Henrique pela exclusão social da maioria da população. Podemos dizer que nesse ato foi

sacramentado o Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania e, mais recentemente, incorporamos o nome Soberania, em função dos últimos acontecimentos de entrega do Brasil, de subserviência absoluta do governo Fernando Henrique ao FMI, com a dilapidação do patrimônio público, enfim, com a transferência de renda dos trabalhadores e dinheiro público para a iniciativa privada, por meio das privatizações, da mudança de moeda – haja vista o desvio de verba para o Banco Marka e FonteCindam, dos cortes do orçamento nas áreas sociais.

Enfim, por meio do privilégio dos setores financeiros em detrimento do atendimento às necessidades sociais básicas do povo brasileiro.

PTNotícias - Como é possível congregar entidades tão distintas, com um leque amplo de análises da conjuntura atual?

A avaliação que temos das atividades propostas e realizadas pelo Fórum é extremamente positiva e o que nos unifica é a luta por um Brasil melhor. A luta contra o neoliberalismo.

As últimas tarefas que assumimos foi o Dia Nacional de Luta, em 26 de abril de 1999, e o último 1º de Maio – Dia do Trabalhador. A cada ação que o Fórum se propõe, ele assume contornos mais amplos e nos dá a certeza de que veio para ficar. O que move o Fórum é a articulação das grandes lutas para enfrentar o governo com ações concretas, de massa, e pensar alternativas para o país.

A cidadania para nós é imprescindível. Para tanto, acreditamos que hoje a bandeira fundamental para conquistá-la é a luta pelo emprego. Isso também é um grande ponto de unidade.

PTNotícias - Diante dos últimos escândalos do governo Fernando Henrique e seu envolvimento no leilão da Telebrás para favorecer um determinado consórcio, que medidas o Fórum pretende adotar?

O Fórum assumiu, por unanimidade, o encaminhamento do recolhimento de assinaturas para o abalo-assinado, que exige o enquadramento de Fernando Henrique em crime de responsabilidade, bem como a instalação da CPI mista da Telebrás. E mais, com todo o vigor, assumimos a construção da Marcha dos 100 mil a Brasília, no próximo dia 26 de agosto.

Todas as entidades do Fórum estão absolutamente convencidas e já estão se articulando nos Estados

e municípios, com muita ênfase, com muita força, na coesão e envolvimento dos mais amplos setores.

PTNotícias - Como o Fórum caracteriza o atual governo FHC? E quais os desdobramentos de sua política impostos ao país?

Na medida em que Fernando Henrique, subversivo aos ditames do FMI, do Consenso de Washington, do projeto neoliberal, e obedecendo a esses pressupostos entrega o país, as empresas nacionais e não avançam num projeto de desenvolvimento nacional que distribua renda, que coloque o Brasil em igualdade de condições de competição com os outros países nesse mercado global, nós acreditamos que, mais do nunca, temos que mobilizar a população, dialogar com a sociedade, principalmente nas periferias do Brasil inteiro, mostrando quem é o responsável por essa crise que desemprega, exclui e aumenta a dívida externa – e achamos que o abalo-assinado e a Marcha a Brasília são instrumentos fundamentais nesse processo.

Precisamos mostrar para a população, e esse é um momento privilegiado, que o presidente da República não tem mais credibilidade e moral para dirigir esse país e não aceitamos uma saída pela direita. E parece que a sociedade está percebendo isso, pois neste momento as pesquisas indicam que 44% da população brasileira acha o governo Fernando Henrique ruim/péssimo. Ao mesmo tempo que considera a candidatura Lula uma alternativa democrática e popular.

Mais do que nunca, acreditamos que a nossa responsabilidade é organizar a insatisfação da população e canalizar sua indignação para exigir de fato um governo democrático e popular, que atenda às necessidades da população e construa políticas sociais para a maioria da sociedade. A nossa responsabilidade é mostrar a verdadeira face deste governo, a face perversa do governo de Fernando Henrique. É um momento rico e importante de mobilização e, mais do que isso, de discussão de um projeto alternativo de sociedade.

Esse modelo de desenvolvimento que o governo nos impõe, goela abajo, nós não aceitamos. Temos que mostrar que com Fernando Henrique não temos saída. Por isso assumimos como eixo de atuação o basta ao desemprego, à exclusão social, ao analfabetismo, ao desrespeito à saúde – Basta de FHC!

MEMÓRIA

Eu quis fazer uma canção para você viver mais....

Para viver mais... Otaviano de Carvalho.

Para viver mais... Beth Lima.

Partiram. Um trágico acidente de carro, ocorrido no último dia 10 de junho, na Rodovia BR 101, na altura de Linhares, no Espírito Santo, tirou a vida desses dois companheiros e deixou gravemente ferido Perly Cipriano, que sofreu queimaduras de 3º grau em 35% do corpo. Ainda internado, Perly luta para se recuperar.

O Fiat Tipo em que viajavam estava parado na rodovia devido a um outro acidente na pista. Um caminhão, que vinha em alta velocidade, atingiu a traseira do carro, que pegou fogo. Luiz Inácio Lula da Silva estava no Espírito Santo realizando uma mini-caravana pelo Estado. O carro em que viajava nada sofreu.

Durante os últimos dias, muito já se falou sobre a morte desses companheiros. A nossa opção é pela vida e é dela que vamos falar.

Para viver mais... Otaviano. Jornalista, nos deixou aos 43 anos. Membro do Diretório Regional do PT-ES, estava intensamente dedicado às tarefas de reconstrução do Partido no Estado.

Otaviano nasceu em Minas Gerais. Aos 18 anos mudou-se para o Espírito Santo, onde teve destacada atuação sindical e na construção da CUT. Foi fundador da Associação de Moradores Jardim da Penha. Representou o PT na Câmara Municipal de Vitória, sendo vereador por dois mandatos, em 1988 e 1992. Na gestão de Vitor Buaiz, assumiu a Superintendência de Comunicação do Estado.

Em 1996, Otaviano foi candidato a prefeito de Vitória e, no ano seguinte, assumiu o cargo de deputado estadual na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

Para viver mais... Beth Lima. Muito jovem se foi. Tinha 35 anos, era socióloga e trabalhava, desde o ano passado, como assessora de imprensa do Lula.

Sua trajetória de vida está intimamente ligada ao PT. Ainda adolescente, começou a atuar em Santos, sua cidade natal. Junto com a atual deputada federal Telma de Souza (PT-SP), naquela época vereadora, trabalhou na Câmara Municipal Santista. Daí, não mais parou. Foi assessora na Assembleia Legislativa de São Paulo e na Prefeitura de Santos. Sempre ao lado de Telma, trabalhou ainda em Brasília, na Câmara dos Deputados.

Para viver mais... é importante seguir a caminhada, o exemplo desses jovens sonhadores. Continuar na árdua tarefa de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Para viver mais... é preciso ter solidariedade, companheirismo, determinação, alegria e a ternura de Otaviano e Beth. Essas foram as principais características ressaltadas por todos aqueles que tiveram o privilégio de conhecê-los e conviver com eles.

Para viver mais... Estamos torcendo pela recuperação do companheiro Perly Cipriano, membro do Diretório Nacional do PT e ex-secretário de Direitos Humanos do Espírito Santo, no governo Vitor Buaiz. Acreditamos que irá superar mais esse desafio, como tantos outros que superou.

PT faz homenagem aos companheiros

No último dia 17 de junho, o Diretório Nacional do PT prestou uma homenagem a Otaviano e Beth, na sede do Partido, em São Paulo. O ato de celebração em memória aos companheiros, conduzido pelo Frei João Xerri, contou com a participação dos amigos, da família e da militância do PT.

Muitas foram as declarações. Cada um, a seu modo, tinha uma história para contar. E, em cada palavra, todos foram conhecidos um pouco mais sobre a personalidade e capacidade de luta dos dois.

As mensagens expressas durante a celebração, somam-se vários telegramas, telefonemas, e-mails enviados por governadores, prefeitos, vereadores, deputados, secretários de governo, sindicatos, militantes e diretórios do PT e de outros partidos. Apoio, solidariedade e também desejo de um rápido restabelecimento do companheiro Perly.

Foto: Parizotti



PTnotícias

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rosana Ramos

MTB 19131

REDAÇÃO

Rosana Ramos,

Fernanda Estima MTB 25 075

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Bimbo e

Sonia M. N. Pedroso

DIAGRAMAÇÃO

Jorge Mariano e Alexandre Machado

ILUSTRAÇÕES

Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-000

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: phot@pt.org.br

Home page: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Artpress

Reforma do Judiciário e a democracia

A reforma do Poder Judiciário é uma das mais antigas e freqüentes reivindicações da sociedade brasileira. Tendo passado quase incólume pela Constituinte, a estrutura do Judiciário brasileiro consagra um sistema anacrônico e problemático, incapaz de responder às demandas e litígios produzidos na sociedade.



Foto: Geraldo Magela
às soluções contidas no substitutivo do relator, deputado Aloysio Nunes Ferreira.

O Relator apresenta de forma competente, articulada e sistêmica, reconheça-se, um conceito de Poder Judiciário que, salvo em questões laterais, conflita diretamente com nossas concepções. Desenhando um Sistema Judiciário fortemente hierarquizado, cujos poderes estão concentrados no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, o Relator promove a adequação do Judiciário às novas configurações do Estado, introduzidas pelas reformas neoliberais.

Creio que para a

O diálogo entre democracia representativa e participação popular é o alicerce do controle social

compreensão do Substitutivo do relator é importante saber que o objetivo estratégico é a "criação de um sistema jurídico e judicial adequado à nova economia mundial de raiz neoliberal, um quadro legal e judicial que favoreça o comércio, o investimento e o

sistema financeiro. Não se trata, pois, de fortalecer a democracia, mas sim de fortalecer o mercado. ("Boaventura de Souza Santos. Os Tribunais e a Globalização. Jornal "O Estado de São Paulo", 9.11.96, pg. A2).

Tendo por eixo político a universalização do acesso à Justiça, a democratização do Judiciário e a independência dos juízes, é que nos aparelhamos para o enfrentamento de três questões que têm concentrado a atenção da opinião pública brasileira: a criação da súmula vinculante e dos incidentes de constitucionalidade e de interpretação; a extinção da Justiça do Trabalho; e o controle externo do judiciário.

O relator está propondo a instituição, no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, da súmula com efeito vinculante, que será adotada por decisão de dois terços do Tribunal, após reiteradas decisões sobre determinada matéria. Ela poderá ser proferida em quaisquer matérias e terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, sendo que o Tribunal poderá revê-la ou cancelá-la. Nós também queremos fortalecer a jurisdição extraordinária, reduzindo a repetição de feitos e o número de recursos, mas não aceitamos sacrificar a liberdade de julgamento dos juízes de 1º grau. Como

alternativa apresentamos a súmula impeditiva de recursos, que não constrange os magistrados.

Quanto à proposta do relator de extinguir a Justiça do Trabalho, incorporando-a de forma simplista à Justiça Federal, é nosso entendimento que o judiciário trabalhista deve sofrer uma verdadeira revolução na sua estrutura e no seu funcionamento, mas repelimos a extinção pura e simples porque sabemos do risco da desregulamentação, que na prática quer extinguir o Direito do Trabalho. Assim propomos a extinção dos juízes classistas, o fim do poder normativo e a extinção do TST, mantendo-se os Juízes do Trabalho e os TRT's.

Quanto ao controle externo, o relator está propondo a criação de um Conselho Nacional de Justiça, que na realidade é um controle "interno", uma super-corregedoria cuja composição privilegia os integrantes dos Tribunais Superiores, sendo que a participação da sociedade civil e dos juízes de 1º grau foi completamente negligenciada. No que concerne à Justiça Estadual, o Substitutivo é completamente omisso em relação à criação de Conselhos Estaduais de Justiça. Além disso, o relator ignorou as atividades de planejamento e avaliação do Poder Judiciário contidas na proposta da Bancada, bem como o poder de fiscalização

das atividades notariais e registrais. Trata-se, na verdade, de uma proposta que concentra poder nas cúpulas dos Tribunais, deixando de lado qualquer sinal de controle social.

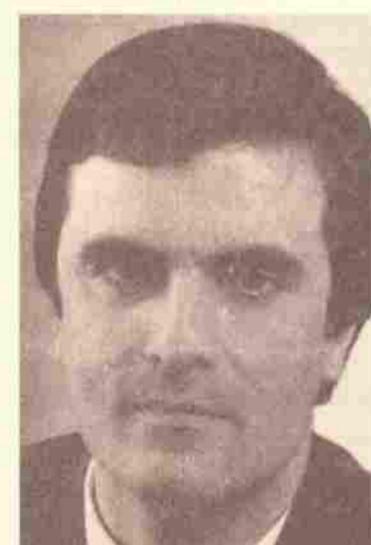
Nossa proposta de controle, ao contrário, contempla a participação da sociedade civil, por intermédio de representantes escolhidos pelo Congresso Nacional e de eleições diretas, com a participação de cada uma das categorias, juízes, membros do Ministério Público e advogados. Na nossa concepção democrática de Estado, em que o diálogo entre democracia representativa e participação popular é o alicerce do controle social, todos os poderes se submetem no seu governo, ao princípio da soberania popular.

Como se pode ver, o debate que se trava é estratégico. Dele nascerá um novo Judiciário. Lutar para que ele seja soberano, independente e democrático e que esteja a serviço da democracia é a nossa tarefa e a bússola que nos orientará durante as negociações que deverão ser iniciadas no segundo semestre.

Marcelo Deda é deputado federal PT/SE e membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

PROPINA

O combate à corrupção municipal e a CPI da máfia da propina



Desde a instalação da CPI da Máfia dos Fiscais, o vereador José Eduardo Cardozo alertava sobre o funcionamento do "modus operandi" do crime organizado que, entre outras táticas, tenta desmoralizar qualquer investigação e os investigadores.

Foto: Geraldo Magela

Apesar de contar com forte apoio da opinião pública e de praticamente todos os meios de comunicação, os vereadores das oposições em São Paulo, em minoria, não conseguiram derrubar o esquema montado pelos representantes do situacionismo, articulados no sistema comandado pela dupla Pitta-Maluf, e levar adiante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia da Propina na administração pública paulistana. Todos os esforços foram feitos, inclusive na esfera judicial, em que ainda corre um mandado de segurança, mas não se conseguiu vencer o espírito de corpo da Câmara Municipal, em que se montou uma barreira integrada também por três vereadores já denunciados e outros edis com fortes indícios de responsabilidade por esquemas de corrupção em Administrações Regionais sob seu controle. Na verdade, a Câmara perdeu uma oportunidade ímpar de iniciar um processo sério de recuperação de sua imagem, fraudando as esperanças da população que clama pela extinção total dos esquemas corruptos e passa agora

depositá-las quase que somente no Ministério Público e nas autoridades policiais.

É preciso, todavia,ressaltar que malgrado o curto prazo disponível, na esfera restrita da CPI, os resultados não são de todo decepcionantes. Três vereadores e um ex-vereador e atual deputado foram denunciados e tiveram pedidas as cassações de seus mandatos, agora pendentes de decisões dos plenários da Câmara Municipal e Assembléia Legislativa. Além disto – e este é, acredito, um saldo altamente positivo – a CPI ensejou no espírito da população paulistana – ouso dizer da população de grande parte do país – o surgimento da consciência de que é

É essencial e perfeitamente factível adotar mecanismos eficazes para extirpar as máfias, os esquemas organizados de corrupção, que, para ficar ainda no caso da maior cidade brasileira, causaram ao povo paulistano, só no ano passado, um prejuízo calculado em cerca de 1,2 bilhão de reais, quantia suficiente para, por exemplo, construir nada menos que 80 mil casas populares. Um desses mecanismos anticorrupção, sem ser evidentemente uma panacéia para a extinção final dos

preciso que as coisas mudem e de que a transformação da sociedade brasileira passa necessariamente pelo combate sem tréguas à corrupção e pela defesa intransigente da ética na política e da moralização administrativa. Princípios consagrados desde sempre no ideário petista e pelos quais tenho procurado pautar minha atividade parlamentar, inclusive à frente da CPI da Máfia da Propina.

Talvez ainda esteja distante o dia em que se poderá acabar de vez com a corrupção miúda, eventual, individual, que possivelmente só uma transformação total do ser humano poderá ensejar. Mas, é essencial e perfeitamente factível adotar mecanismos eficazes para extirpar as máfias, os esquemas organizados de corrupção, que, para ficar ainda no caso da maior cidade brasileira, causaram ao povo paulistano, só no ano passado, um prejuízo calculado em cerca de 1,2 bilhão de reais, quantia suficiente para, por exemplo, construir nada menos que 80 mil casas populares. Um desses mecanismos anticorrupção, sem ser evidentemente uma panacéia para a extinção final dos

A instalação de subprefeituras deve vir acompanhada da implantação de uma corregedoria independente

sistemas corruptos, é a adoção de uma reforma estrutural da administração municipal, baseada numa política descentralizadora e democrática, retratada na implantação de subprefeituras e de conselhos de representantes, integrados por entidades da sociedade civil. Previstas já na Constituição Federal de 1988 e, no caso paulistano, também, na Lei Orgânica do Município de 1989, aquelas duas medidas, mais eficazes do ponto de vista administrativo, sobretudo nas grandes cidades do país, permitem ainda um controle mais rígido da aplicação do dinheiro público. Além dos conselhos de representantes, dotados naturalmente de

maior capacidade de fiscalização e de maior poder para definir o destino dos recursos públicos, a instalação de subprefeituras deve vir acompanhada da implantação de uma corregedoria independente, sem qualquer vinculação com o Poder Executivo que não pode indicar os fiscais de sua própria atuação.

Enquanto isso, o que se espera é que o verdadeiro clamor contra a corrupção e a favor da ética na política e da moralização administrativa se aprofunde e se intensifique, mostrando resultados concretos já nas eleições do ano que vem, quando a população, agora mais informada sobre o comportamento e posições dos vereadores, sobretudo no caso de São Paulo, poderá escolher representantes de melhor nível e promover, pelo voto democrático, as cassações que eventuais maioria governistas não quiseram, ou não tiveram coragem de fazer.

José Eduardo Cardozo é vereador PT/SP e presidente da CPI da Máfia da Propina

